cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.12.28 06:05:59 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 28 de dezembro de 2023 • Nº 1711 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Academia da latinidade

PÁGINA 4

NOVEMBRO

DPF sobe e fica em R$ 6,325 trilhões

A Dívida Pública Federal (DPF) subiu 2,48%, em termos nominais, ao longo do mês passado. Conforme divulgado pelo Tesouro Nacional ontem, os débitos do governo no Brasil e no exterior passaram de R$ 6,172 trilhões, em outubro, para R$ 6,325 trilhões, em novembro, uma diferença de R$ 153,11 bilhões. Em outubro, a DPF já tinha registrado uma alta de 1,58%, passando de R$ 6,028 trilhões, em setembro, para R$ 6,172 trilhões, devido ao baixo volume de vencimentos de títulos. Mesmo com o resultado de novembro, a Dívida Pública Federal continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, a expectativa é que o estoque da DFF encerre 2023 entre R$ 6,4 trilhões e R$ 6,8 trilhões. A Dívida Pública Federal (DPF) é a dívida que o Tesouro Nacional assume para financiar o chamado deficit orçamentário do governo Federal, ou seja, a diferença a mais entre as despesas e a receita públicas. PÁGINA 2

EMPRESA/EMPREGADO

PGR exige que participação em lucros seja regulamentada

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu para que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça a omissão do Congresso Nacional e obrigue os parlamentares a votarem uma lei que estabeleça normas para a participação de empregados em lucros das empresas. O processo foi distribuído no dia 14 de dezembro para o ministro Gilmar Mendes, e solicita também que a Corte fixe um prazo para que o Legislativo atue sobre o tema. O pedido ao STF foi assinado pela ex-procuradora-geral Elizeta Maria de Paiva Ramos, que assumiu um mandato interino na PGR entre a saída de Augusto Aras e a posse de Paulo Gonet, no último dia 18, após ser indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). PÁGINA 3

TESOURO

Governo Central tem déficit de R$ 39,389 bi em novembro

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

As contas do Governo Central registraram déficit primário em novembro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R$ 39,389 bilhões. O resultado sucedeu o superávit de R$ 18,277 bilhões em outubro. O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - foi o pior desempenho em termos nominais para o mês na série histórica (que abrange desde janeiro de 1997), em valores nominais. O acumulado do ano é de R$ 114 bilhões de déficit, o que representa 1,2% do PIB. "A expectativa para o último mês é ao redor de R$ 10 bilhões, o que deve levar a um acumulado de R$ 125 bi no ano", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (**foto**), em coletiva virtual. Em novembro de 2022, o resultado havia sido negativo em R$ 14,756 bilhões. O déficit do mês passado ficou acima das expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um déficit de R$ 38,05 bilhões. O dado de novembro ficou dentro do intervalo das estimativas, todas de déficit, que iam de R$ 42,9 bilhões a R$ 19,9 bilhões. PÁGINA 2

EUA

Michigan libera candidatura de Trump

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump pode aparecer na disputa da primária do Partido Republicano em Michigan em 2024, decidiu ontem, o principal tribunal do Estado. A Suprema Corte de Michigan se recusou a avaliar a questão sobre a elegibilidade de Trump sob as leis estaduais. Em uma decisão de um parágrafo, a maioria da corte escreveu que "não estava persuadida de que as questões apresentadas devem ser avaliadas por este Tribunal". O caso é um dos vários nos EUA sobre se Trump pode ser barrado de concorrer. A equipe jurídica do empresário tem argumentado que ocorrem tentativas não democráticas de impedir os eleitores de decidir quem será o próximo a ocupar a Casa Branca. PÁGINA 4

A PARTIR DE JANEIRO

RICARDO STUCKERT

Lula assina decreto que reajusta salário mínimo para R$ 1.412

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) assinou o decreto que reajustará, a partir de 1º de janeiro de 2024, o valor do salário-mínimo, que passará a ser de R$ 1.412. De acordo com o Palácio do Planalto, Lula deixou o decreto assinado antes de viajar para a base naval da Restinga da Marambaia, onde passará o Réveillon. O novo valor representa um aumento de R$ 92 ante ao valor atual (R$ 1.320). A valorização acima da inflação constava em medida provisória enviada pelo presidente Lula em maio ao Congresso, que a aprovou em agosto. O novo valor, então, foi incluído na lei orçamentária para 2024, aprovada pelo parlamento no dia 22 de dezembro. Em nota, o Planalto lembrou que o novo valor corresponde a um aumento de 6,97%. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: 0,49% / 134.193,72 / 660,80 / Volume: R$ 13.980.306.933 / Negócios: 2.673.138

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	2.25	+6.64	+0.14
CASAS BAHIA ON EG NM	11.600	+6.03	+0.660
ALPARGATAS PN N1	10.12	+3.79	+0.37
GRUPO NATURAON ATZ NM	16.89	+3.75	+0.61
CSNMINERACAOON N2	7.830	+2.62	+0.200

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
RAIZEN PN EJ N2	4.060	–1.93	–0.080
PETZ ON NM	4.08	–1.92	–0.08
DEXCO ON EJ NM	8.06	–1.23	–0.10
PETRORECSA ON NM	21.860	–1.04	–0.230
RAIADROGASILON ED NM	29.16	–0.88	–0.26

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	77.40	+0.97	+0.74
PETROBRAS PN N2	37.36	+0.08	+0.03
ITAUUNIBANCOPN N1	33.88	+0.68	+0.23
LOCALIZA ON EJS NM	63.60	–0.24	–0.15
PETRORIO ON NM	45.94	+0.04	+0.02

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	37.656,52	+0,30
NASDAQ Composite	15.099,176	+0,16
CAC 40	7.571,82	+0,04
FTSE 100	7.724,95	+0,36
DAX	16.742,07	+0,21
Ftse Mib	30.411,14	+0,19

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	0,59% (nov.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,28% (nov.)	Compra: 5,4057	Venda: 5,5857
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(13/12)	11,75%	(13/12)	11,65%	Compra: 4,8309	-0,13%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(27/12)	0,6053%	BM&F/grama	R$ 322,42	Compra: 4,8322	Venda: 4,8328
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(27/12)	0,1048%	Compra: 5,3651	Venda: 5,3657	Compra: 4,8489	Venda: 5,0289

Economia

MERCADOS

Bolsa tem 4º recorde histórico, sobe 0,49%, e chega a 134 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em alta pela quarta sessão consecutiva - e em renovação de máximas históricas de fechamento na mesma série -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) chegou ontem, a novo nível inédito, na casa dos 134 mil pontos. Com volume reduzido a R$ 14 bilhões pela proximidade do fim de ano, o índice oscilou de 133.328,39 a 134 195,47 (+0,5%), em máxima quase no fechamento, também assinalando novo recorde intradia. E encerrou a sessão ainda em alta de 0,49%, aos 134.193,72 pontos. Na semana, sobe agora 1,09% e, no mês, ganha 5,39%, colocando o avanço de 2023 a 22,29%, faltando apenas a sessão de hoje para fechar o melhor ano desde 2019 para a Bolsa.

Em dia de petróleo em baixa acima de 1,5%, o desempenho sem sinal único de Petrobras (ON -0,15%, PN +0,08%) foi compensado pela alta de 0,97% para Vale ON, a ação de maior peso no Ibovespa, em avanço superior ao do minério na China (+0,51% em Dalian), em sessão também positiva para os grandes bancos, à exceção de BB (ON -0,15%). Destaque para Unit de Santander Brasil, em alta de 1,2% no fechamento.

Na ponta ganhadora do Ibovespa (Índice Bovespa) nesta penúltima sessão do ano, as varejistas Magazine Luiza (+6,64%) e Casas Bahia (+6,03%) - com a confirmação de que a empresa permanecerá na carteira teórica do índice, na última prévia para janeiro a abril de 2024 -, à frente de Alpargatas (+3,79%) e de Natura (+3,75%) no fechamento No lado oposto, Raízen (-1,93%), Petz (-1,92%) e Dexco (-1,23%).

DÓLAR SOBE A R$ 4,83

Após cair na terça-feira, na cotação mais baixa em quase cinco meses, o dólar fez ontem, uma pausa em sua desvalorização. A moeda até deu sinal na abertura do pregão de que seguiria a tendência das últimas duas semanas, chegando a tocar os R$ 4,80 na mínima do dia.

Não demorou, porém, para mudar de trajetória e ganhar força nas horas finais da sessão - quando o mercado reagiu ao avanço de 2,48% da dívida pública em novembro - até fechar em alta de 0,22%, a R$ 4,8326, perto da máxima do pregão (R$ 4,8398). No segmento futuro, o dólar para janeiro subia perto das 18h aos R$ 4,827, valorização de 0,35%.

TESOURO

Governo Central tem déficit de R$ 39,389 bi em novembro

AMANDA PUPO
E CÉLIA FROUFE/AE

As contas do Governo Central registraram déficit primário em novembro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R$ 39,389 bilhões. O resultado sucedeu o superávit de R$ 18,277 bilhões em outubro.

O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - foi o pior desempenho em termos nominais para o mês na série histórica (que abrange desde janeiro de 1997), em valores nominais.

O acumulado do ano é de R$ 114 bilhões de déficit, o que representa 1,2% do PIB. "A expectativa para o último mês é ao redor de R$ 10 bilhões, o que deve levar a um acumulado de R$ 125 bi no ano", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em coletiva virtual.

Em novembro de 2022, o resultado havia sido negativo em R$ 14,756 bilhões.

O déficit do mês passado ficou acima das expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um déficit de R$ 38,05 bilhões. O dado de novembro ficou dentro do intervalo das estimativas, todas de déficit, que iam de R$ 42,9 bilhões a R$ 19,9 bilhões.

No acumulado do ano até novembro, o Governo Central registrou déficit de R$ 114,631 bilhões, o pior resultado desde 2020, em termos nominais, quando fechou com déficit de R$ 699,122 bilhões Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era positivo em R$ 49,658 bilhões.

Em novembro, as receitas tiveram alta real de 2% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado do ano, houve baixa de 3,5%. Já as despesas subiram 20% em novembro, já descontada a inflação. No acumulado de 2023, a variação foi positiva em 6,9%.

Em 12 meses até novembro, o Governo Central apresenta um déficit de R$ 109,7 bilhões - equivalente a 1,05% do PIB. A meta fiscal ajustada para 2023 admite um rombo primário de até R$ 213,6 bilhões. No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em novembro, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um resultado deficitário de R$ 177,4 bilhões nas contas deste ano, equivalentes a 1,9% do PIB. A equipe técnica da Fazenda desejava um déficit de 1,0% do PIB em 2023, mas já admite que pode ficar em torno de 1,3% - cerca de R$ 142 bilhões.

A PARTIR DE JANEIRO

Lula assina decreto que reajusta salário mínimo para R$ 1.412

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que reajustará, a partir de 1º de janeiro de 2024, o valor do salário-mínimo, que passará a ser de R$ 1.412. De acordo com o Palácio do Planalto, Lula deixou o decreto assinado antes de viajar para a base naval da Restinga da Marambaia, onde passará o Réveillon.

O novo valor representa um aumento de R$ 92 ante ao valor atual (R$ 1.320). A valorização acima da inflação constava em medida provisória enviada pelo presidente Lula em maio ao Congresso, que a aprovou em agosto. O novo valor, então, foi incluído na lei orçamentária para 2024, aprovada pelo parlamento no dia 22 de dezembro.

Em nota, o Planalto lembrou que o novo valor corresponde a um aumento de 6,97% para o salário mínimo, percentual que representa ganho real (acima da inflação) de 3%, além dos 3,85% de inflação registrados no período. Lembra também que o reajuste só foi possível devido às diretrizes do Grupo de Trabalho de Valorização do Salário Mínimo, criado em fevereiro pelo presidente Lula.

A definição do novo valor deriva de uma fórmula que havia sido adotada durante os governos anteriores do PT, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e a variação do Produto Interno Brito (PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas no país).

Como entrará em vigor a partir do primeiro dia de janeiro, o novo valor começará a ser depositado no início de fevereiro.

PESOS

Milei confirma emissão de notas de 20 e 50 mil

MATHEUS ANDRADE/AE

O presidente Javier Milei confirmou que o Banco Central da República Argentina (BCRA) está preparando a emissão de notas de 50 mil e 20 mil pesos argentinos diante da alta inflação e das complicações que a falta de um papel de denominação superior a atual trazem. Atualmente, o maior valor em circulação no país é de 2 mil pesos.

Em entrevista à TV do jornal La Nación, Milei confirmou a iniciativa, e disse que a questão das cédulas é uma "tortura". "Imagine que você tem que fazer um pagamento em dinheiro, tem que andar por aí com um maço de papéis, colocam uma etiqueta na sua testa que diz 'roube aqui, roube aqui. É óbvio que você está carregando dinheiro", afirmou.

Neste sentido, sublinhou que a ausência de cédulas maiores "dificulta as transações e traz muitos custos", e atribuiu as dificuldades do caso aos governos anteriores. "Entendo que os Kirchneristas usaram este truque para tentar abrandar a circulação do dinheiro, mas nós, como parte do nosso programa fiscal, monetário e cambial, fechamos a torneira monetária, tanto ao nível dos Leliqs como ao nível do déficit", acrescentou.

DPF

Dívida Pública Federal volta a subir em novembro e fica em R$ 6,325 tri

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A Dívida Pública Federal (DPF) subiu 2,48%, em termos nominais, ao longo do mês passado. Conforme divulgado pelo Tesouro Nacional ontem, os débitos do governo no Brasil e no exterior passaram de R$ 6,172 trilhões, em outubro, para R$ 6,325 trilhões, em novembro, uma diferença de R$ 153,11 bilhões.

Em outubro, a DPF já tinha registrado uma alta de 1,58%, passando de R$ 6,028 trilhões, em setembro, para R$ 6,172 trilhões, devido ao baixo volume de vencimentos de títulos.

Mesmo com o resultado de novembro, a Dívida Pública Federal continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, a expectativa é que o estoque da DFF encerre 2023 entre R$ 6,4 trilhões e R$ 6,8 trilhões.

A Dívida Pública Federal (DPF) é a dívida que o Tesouro Nacional (órgão do Ministério da Fazenda responsável por garantir que os recursos federais arrecadados serão distribuídos conforme o orçamento) assume para financiar o chamado deficit orçamentário do governo Federal, ou seja, a diferença a mais entre as despesas e a receita públicas – incluindo o refinanciamento da própria dívida.

JUROS

Ainda de acordo com o Tesouro Nacional, o aumento de R$ 153,11 bi em relação ao mês anterior ocorreu devido à emissão líquida de R$ 109,26 bilhões e à apropriação de juros de R$ 43,84 bilhões.

No ano, o total de juros apropriados atingiu R$ 553,55 bilhões. Houve aumento da participação dos títulos prefixados em relação ao mês anterior (25,98% para 26,20%) e redução dos títulos atrelados a índice de preços (30,65% para 30,27%). Os títulos remunerados à taxa flutuante tiveram aumento de participação (39,19% para 39,38%).

As instituições financeiras seguem como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, tendo ampliado de 28,3% para 28,9% a participação no estoque da dívida, que, com isso, totalizou R$ 1,75 trilhão. Os fundos de investimento também ampliaram o estoque da dívida, que passou de R$ 1,39 trilhão, em outubro, para R$ 1,42 trilhão em novembro, mas manteve a mesma participação percentual (23,45%).

Nota

JUSTIÇA LIBERA R$ 27 BILHÕES PARA PRECATÓRIOS DO INSS

A Justiça Federal permitiu a liberação de R$ 27,2 bilhões para o pagamento de pensionistas e aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganharam processos de revisão de benefício ou concessão. Deste total, R$ 2,2 bilhões foram reservados para as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) de 132.054 beneficiários que ganharam 101.684 processos. E o restante, R$ 25 bilhões, deverá ir para os precatórios previdenciários. Este montante foi liberado logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) atender pedido da União de regularização do estoque da dívida. Entende-se por RPVs os atrasados que somam até 60 salários mínimos, o que equivale a R$ 79,2 mil atualmente. O pagamento será feito dois meses depois da liberação do juiz. Já precatórios são os atrasados que somam mais de 60 salários mínimos. Neste caso, o pagamento é feito apenas uma vez por ano. Em 2023, o dinheiro já foi liberado. Agora, o que será quitado é o valor não pago anteriormente, pois, para financiar o Auxílio Brasil de R$ 600, os precatórios do INSS não foram pagos durante o governo Bolsonaro. Espera-se que o montante seja depositado na conta dos credores até este fim de semana. Dessa forma, o valor deve estar disponível para saque em janeiro de 2024.

ALSHOP

Natal 2023 deve faturar R$ 70 bi, aumento de 5,6%

JÚLIA PESTANA/AE

As vendas no Natal de 2023 devem ter atingido R$ 70 bilhões, representando um aumento de 5,6% no faturamento em relação ao ano passado. Segundo a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), a melhora é justificada por condições econômicas, como a queda na taxa de desemprego e redução na taxa de câmbio.

Já em relação ao balanço anual, a Alshop calcula que as vendas totalizaram R$ 192 bilhões no ano. A soma contou com 633 shoppings em operação que totalizam uma área bruta locável de 17,5 bilhões m?.

Hiper e supermercados contribuem com 38,6% do volume total, em seguida segmento de vestuário, calçados e acessórios participam com 33,9% do total, e comercialização de artigos pessoais e domésticos participam com 12,6%.

A associação ainda destaca que foram inaugurados cinco novos shoppings neste ano, sendo dois deles em São Paulo (Shopping Patio Urupema e Park Shopping Mogi Mirim) e os demais em Brasília (Recanto Shopping), Rio Grande do Sul (Pontal Shopping) e Ceará (Terraço Shopping).

"Fechamos o ano de 2023 com 633 shoppings em operação, com 1,04 milhão de empregos gerados nas lojas e shoppings", disse a associação em release divulgado ontem. Além disso, o total de lojas em atividade foi de 116 mil e a média mensal de visitantes nos shoppings foi de 443 milhões.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 31º 17º 85% 05:23 18:53 **VERÃO:** Dia de sol com nuvens. Noite com poucas nuvens.

EMPRESA/EMPREGADO

PGR cobra do Congresso lei sobre participação em lucros

GABRIEL DE SOUSA/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu para que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça a omissão do Congresso Nacional e obrigue os parlamentares a votarem uma lei que estabeleça normas para a participação de empregados em lucros das empresas. O processo foi distribuído no dia 14 de dezembro para o ministro Gilmar Mendes, e solicita também que a Corte fixe um prazo para que o Legislativo atue sobre o tema.

O pedido ao STF foi assinado pela ex-procuradora-geral Elizeta Maria de Paiva Ramos, que assumiu um mandato interino na PGR entre a saída de Augusto Aras e a posse de Paulo Gonet, no último dia 18, após ser indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A PGR argumenta que o Congresso não criou uma lei que pudesse disciplinar o direito social à participação de empresas por parte de trabalhadores urbanos e rurais, que está previsto no artigo 7º da Constituição Federal de 1988. Para a Procuradoria, a falta de lei provoca uma redução arbitrária e injustificada do nível de proteção ao direito social dos trabalhadores, infringindo o princípio da proporcionalidade.

"Enquanto não for editada lei federal que garanta a todos os trabalhadores urbanos e rurais o direito à participação na gestão da empresa, os seus direitos laborais, por consequência, continuarão não recebendo o nível de proteção exigido constitucionalmente, com reiteração contínua e reiterada ao art. 7, XI, da Constituição Federal. Portanto, há de ser conhecida essa ação direta de inconstitucionalidade por omissão", escreveu a ex-procuradora-geral.

No último dia 14, o STF reconheceu a omissão do Congresso em outro tema: a regulamentação da licença-paternidade. A Corte determinou que os parlamentares têm 18 meses para legislar sobre o assunto. O benefício chegou a ser discutido pelos magistrados em uma votação feita no plenário virtual, mas o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso pediu para transferir o julgamento ao plenário físico.

Se o prazo estipulado pelo Supremo não for cumprido, os ministros voltarão a analisar o processo, definindo os parâmetros para a licença-paternidade que vão vigorar até a edição de uma lei.

CONFLITO

Se o Supremo optar em seguir a indicação da PGR, obrigando o Congresso a discutir a participação de trabalhadores em lucros de empresas, o movimento pode se tornar um novo capítulo do embate entre o Judiciário e o Legislativo, que perdurou ao longo deste ano.

Em 2023, se tornou público um incômodo entre os parlamentares, que interpretam que a Corte "invade" as competências do Congresso Nacional em decisões de temas sensíveis para a sociedade como a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal, a regulação do aborto e o marco temporal das terras indígenas.

Todos esses temas estiveram na pauta do STF neste ano. No marco temporal das terras indígenas, um projeto de lei foi aprovado na Câmara e no Senado. Porém, antes da legislação entrar em vigor, o Supremo declarou, em setembro, a inconstitucionalidade da tese

VIOLÊNCIA SEM FIM

PM de 'Tarcísio' atira no rosto de criança de 1 ano com bala de airsoft

PAULA FERREIRA/AE

Um policial militar atirou no rosto de uma criança de um ano com uma arma de airsoft na madrugada da terça-feira passada, na zona leste de São Paulo. A criança estava com o pai em uma motocicleta quando foi atingida pelo disparo. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, os policiais envolvidos no caso foram identificados e afastados preventivamente.

Segundo a pasta, um homem de 29 anos carregava a filha na motocicleta quando passou por uma viatura da PM e ouviu dois disparos.

Ao ver que a criança estava ferida, o pai da menina a levou para a UPA Dr. Júlio Tupy, de onde foi transferia para o Hospital Tide Setúbal, no bairro São Miguel Paulista, também na zona leste.

A bala que atingiu a criança e as imagens das câmeras de segurança perto do local onde ocorreu o caso foram apreendidas pela polícia.

Em nota, a Secretaria afirmou que "a conduta não é aceita pela Polícia Militar e não se adequa aos protocolos da corporação".

Além da investigação instaurada no 67° Distrito Policial (Jardim Robru), foi aberto inquérito interno para apurar a conduta dos agentes de segurança. A corregedoria da PM acompanha o caso.

A airsoft é uma arma de pressão, que dispara balas de plástico. Em geral, o modelo é utilizado em práticas esportivas de tiro.

O armamento, segundo o delegado Gregory Goes Siqueira, do 50º DP (Itaim Paulista) de plantão onde o caso foi registrado inicialmente, não faz parte do acervo da PM de São Paulo.

"Não houve ordem de parada, não houve abordagem policial em nenhum momento. Nenhum tipo de registro, nenhum tipo de comunicação", disse Siqueira.

AUTORIZAÇÃO

Farmácia de manipulação vai fabricar produtos de cannabis

FELIPE PONTES/AE

O juiz federal Peter de Paula Pires, da 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto (SP), autorizou uma farmácia de manipulação a fabricar no Brasil produtos à base da planta cannabis, popularmente conhecida como maconha. A condição é que esses produtos tenham a comercialização autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Na decisão, assinada em 14 de dezembro, o magistrado frisou que a Anvisa já autoriza a comercialização e a importação de produtos derivados da maconha, motivo pelo qual não seria razoável impedir sua produção por farmácia de manipulação.

"Não é justificada a reserva de mercado para produtores internacionais que podem comercializar para o território nacional livremente o que fabricam", escreveu o juiz. Ele citou que a Anvisa já autorizou ao menos uma empresa brasileira a produzir um produto derivado de maconha em território nacional.

O magistrado também mencionou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que nos últimos anos tem dado decisões frequentes para autorizar a importação de sementes de cannabis, o seu plantio e a obtenção artesanal de produtos para fins medicinais.

"A autorização jurisprudencial para que pessoas físicas obtenham tais produtos de forma artesanal torna incompatível impedir a autora, com longa expertise na fabricação de medicamentos, de fabricá-los de forma profissional, mediante a orientação de técnicos habilitados e registrados que já atuam em seu laboratório", escreveu o juiz.

Ele concedeu o pedido à Farmácia Homeopática Homeocenter, que buscou na Justiça uma autorização prévia para a fabricação de derivados de maconha, de modo a barrar o município de Ribeirão Preto ou a Anvisa de punila. Isso porque, em resolução aprovada em 2019 sobre a cannabis, a Anvisa proíbe a comercialização de produtos derivados da maconha em farmácias de manipulação, bem como veda a manipulação de "fórmulas magistrais" contendo derivados ou fitofármacos à base de cannabis spp.

As fórmulas magistrais são aquelas feitas a partir de uma prescrição médica, com uma formulação única dos componentes, para atender a necessidades específicas de um paciente.

O juiz federal afastou as vedações, desde que a fabricação atenda aos critérios da própria Anvisa, que autoriza somente produtos predominantemente com a substância canabidiol e no máximo 0,2% de tetrahidrocanabinol (THC), substância psicoativa da maconha.

Mesmo com uma primeira vitória na Justiça, a farmácia de manipulação ainda precisará esperar, pois o juiz responsável determinou que a decisão só deve entrar em vigor após o trânsito em julgado da ação, ou seja, quando não houver mais possibilidade de recurso.

No processo, a Anvisa defendeu a improcedência do pedido feito pela farmácia. Um dos argumentos é que é necessário o atendimento a uma série de boas práticas na fabricação de medicamentos, que somente poderiam ser atendidos por empresas farmacêuticas.

INTERIOR

Governador demite policiais ligados ao PCC

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), demitiu três investigadores e um delegado da Polícia Civil de São Paulo por envolvimento com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O quarteto foi preso em 2013 em uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço de investigação criminal do Ministério Público de São Paulo (MP-SP). O caso ocorreu em Sorocaba, no interior de São Paulo.

A demissão ocorre depois de os processos na Justiça envolvendo os agora ex-servidores transitarem em julgado em 2022. Em um dos casos, o então delegado Fernando Toshiyuki Fujino foi condenado no regime semiaberto a dois anos e quatro meses de reclusão por concussão. Ele conseguiu um habeas corpus em setembro deste ano junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O crime de concussão ocorre quando o servidor exige alguma coisa em razão do cargo que ocupa.

Os outros demitidos são: Carlos Moroni Filho, Marcos Roberto Munhoz e Willian Felipe Martins Soares, segundo o portal Metrópoles. À época da operação do Gaeco, em 2013, as investigações apontaram que os então servidores públicos receberam propina para garantir liberdade de traficantes e divulgar informações internas da polícia. Os processos estão em fase de cumprimento de sentença e estão em segredo de justiça.

Moroni Filho e Munhoz foram condenados a seis anos, quatro meses e doze dias no regime fechado por falsidade ideológica, concussão e por realizarem interceptação sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei. Soares foi condenado por concussão a dois anos e quatro meses no regime semiaberto.

CADEIA NELE

Gayer é condenado por assediar funcionários a votar em Bolsonaro

PEPITA ORTEGA/AE

O juiz Celismar Coelho de Figueiredo, da 7ª Vara do Trabalho de Goiânia, condenou o deputado Gustavo Gayer (PL-GO) ao pagamento de R$ 80 mil por danos morais por assédio eleitoral a funcionários de empresas do Estado. A avaliação do magistrado é a de que o parlamentar coagiu moralmente os trabalhadores a votarem no ex-presidente Jair Bolsonaro 'como meio de manutenção e criação dos empregos, caso referido candidato fosse reeleito'

Nas redes sociais, Gayer chamou a condenação de 'esdrúxula'. Ele atacou a procuradora do Trabalho, responsável pela ação, a quem chamou de 'petista histérica'.

Na sentença, o juiz Celismar Coelho de Figueiredo reforçou uma liminar que já havia dado, ainda durante as eleições, para que o deputado se abstivesse de promover reuniões em empresas, com convocação de trabalhadores, visando aliciar o voto deles. No entendimento do magistrado, as condutas atribuídas ao deputado 'são consideradas assédio moral eleitoral por constranger trabalhadores em sua liberdade política e de voto'.

A decisão foi assinada na segunda-feira passada, no bojo de uma ação proposta pelo Ministério Público do Trabalho contra a Narciso e Athayde Lanchonete e Mercearia e Panificadora Ltda e o deputado. Posteriormente, a panificadora fechou um acordo com a Procuradoria do Trabalho e o processo prosseguiu apenas com relação ao parlamentar.

A ação partiu de uma denúncia anônima que narrava que o deputado bolsonarista 'reuniu-se com vários empresários goianos e agora está indo às empresas assediar os trabalhadores'. A Procuradoria apontou 'conduta refratária e reiterada' do parlamentar de 'ir até aos ambientes de trabalho das empresas para admoestar os trabalhadores e induzi-los (aliciá-los) a votar em determinado candidato' - o que configura assédio moral eleitoral.

A avaliação do juiz do Trabalho é a de que os documentos apresentados pelo Ministério Público 'deixam clara a prática de assédio moral eleitoral no ambiente de trabalho perpetrada pelo requerido (Gayer) contra trabalhadores de diversas sociedades empresárias sediadas nesta Capital (Goiânia), coagindo-os moralmente a votarem em um candidato específico como meio de manutenção e criação dos empregos, caso referido candidato fosse reeleito'.

NOVEMBRO

Estupros em São Paulo aumentam 16,6%

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O número de estupros, incluindo estupro de vulnerável, aumentou 16,6% no estado de São Paulo, passando de 1.088 casos em novembro do ano passado para 1.269 em novembro deste ano. As vítimas vulneráveis são aquelas que têm até 14 anos de idade ou não têm condições de consentir o ato.

Os dados foram divulgados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP). No acumulado de janeiro a novembro, o aumento foi de 1.111 casos de estupro, crescimento de 9%, na comparação com o ano anterior. Em 2022, foram 12.228 casos, chegando a 13.339 neste ano.

HOMICÍDIOS

Em novembro foram registradas 209 ocorrências de homicídio doloso. No mesmo mês do ano passado, foram 218, o que representa uma queda de 4,1%. No acumulado do ano até novembro, a queda foi de 10,9%, passando de 2.623 para 2.337 casos.

As vítimas de homicídio doloso diminuíram de 229 para 224, considerando a comparação entre os meses de novembro deste ano e do ano passado, respectivamente. No acumulado do ano, o número de vítimas caiu de 2.750 em 2022 para 2.450 este ano.

Já as tentativas de homicídio tiveram aumento de 302, em 2022, para 315 neste ano, ou seja, aumento de 4,3%.

Nota

BRASIL BATE RECORDE DE MORTES POR DENGUE EM 2023

O Brasil bateu recorde de mortes por dengue no ano de 2023. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan online), revelam que foram 1.079 mortes pela doença até ontem. Na série histórica divulgada pela pasta, também com base no Sinan, o maior número de óbitos no período de um ano completo ocorreu em 2022, quando chegou a 1.053 registros. Em seguida, vem o ano de 2015, com 986 mortes. Questionado sobre o recorde, o Ministério da Saúde informou que, com a previsão de aumento de casos, cerca de 11,7 mil profissionais de saúde foram capacitados em 2023 para manejo clínico, vigilância e controle de arboviroses, que são infecções causadas por vírus transmitidos, principalmente, por mosquitos. "O Ministério da Saúde vai investir R$ 256 milhões no fortalecimento da vigilância das arboviroses. O momento é de intensificar os esforços e as medidas de prevenção por parte de todos para reduzir a transmissão das doenças. Para evitar o agravamento dos casos, a população deve buscar o serviço de saúde mais próximo ao apresentar os primeiros sintomas", diz a nota. Ainda segundo a pasta, foi incorporada, no último dia 21, a vacina contra dengue no Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, não será utilizada em larga escala em um primeiro momento, já que o laboratório fabricante, Takeda, afirmou que tem uma capacidade restrita de fornecimento de doses. A vacinação será focada em público e regiões prioritárias, com definição de estratégias de utilização das doses disponíveis prevista para ocorrer nas primeiras semanas de janeiro.

ALEXANDER PROUDFOOT- SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
CNPJ/MF nº 08.266.327/0001-11–NIRE 35.220.863.741
Extrato da Ata de Reunião de Sócios do dia 22.11.2023
Data, Hora e Local: 22.11.2023, às 11 horas, na sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4221, 1º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP. **Convocação**: Dispensada. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Francisco Alberto Sampaio de Loureiro–Presidente, Paulo Vitor Almeida dos Santos–Secretário. **Deliberações Aprovadas**. 1. Redução do capital social da Sociedade, de R$ 14.286.452,00 para R$ 100.000,00, sendo dita redução, no valor de R$14.186.452,00, realizada para fins de absorção de parte dos prejuízos acumulados constantes das Demonstrações Financeiras da Sociedade datadas de 31.07.2023, no valor de R$14.186.452,00, na forma do art. 1.082, I, da Lei nº 10.406/2002. Em virtude da redução acima mencionada, os Sócios aprovam o cancelamento de 14.186.452 quotas representativas do capital social da Sociedade, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma, a ser suportado, exclusivamente, pela sócia Omparkash Empreendimentos e Participações Ltda. 2. Autorizar os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à fiel efetivação das matérias deliberadas nesta reunião, assim como a publicar esta ata contendo um resumo das deliberações aprovadas, para os fins prescritos no art. 1.084 e seus parágrafos da Lei nº 10.406/2002. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 22.11.2023. **Sócios**: **Omparkash Empreendimentos e Participações Ltda.** e **Francisco Alberto Sampaio de Loureiro**.

VERÃO: Dia de sol com nuvens. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 32º 20º 5% 05:06 18:41

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Academia da latinidade

Corria o ano de 1998. Na presidência da Academia Brasileira de Letras, ocorreu-me convidar um grupo de imortais franceses para uma visita à Casa de Machado de Assis. Lembro bem que o intermediário dessa visita foi acadêmico francês Maurice Druon, Secretário Perpétuo da Academia Francesa, e que é o famoso autor do livro "O menino do dedo verde", uma obra-prima da literatura universal.

Em noite festiva, a que compareceu o presidente Fernando Henrique Cardoso, o grupo de escritores franceses foi recepcionado no Petit Trianon, que há 100 anos foi doado à ABL, depois de uma gestão que teve à frente o imortal Afrânio Peixoto. Foi assim imortalizada a ligação entre a França e o Brasil, que sempre tiveram laços culturais próximos. A cessão do terreno, no centro da cidade, aconteceu poucos anos depois, numa decisão que teve a assinatura do presidente Getúlio Vargas, depois eleito para a ABL.

Voltando à noite festiva, lembro bem que, na presença da delegação francesa, sugeri e foi aprovada a criação da Academia de Latinidade. A ideia foi minha. É certo que, depois, o acadêmico Candido Mendes de Almeida, encantado pela iniciativa, promoveu uma série de eventos internacionais pra consolidar a ideia, que já então se tornou uma realidade.

Na comemoração dos primeiros 100 anos de doação do Petit Trianon à ABL, o acadêmico Arno Wehling fez uma bonita exposição sobre o significado da sua existência, e foi muito aplaudido. O seu texto foi lido no momento em que a ABL comemorava a reeleição de Merval Pereira para um novo mandato, com a promessa de grandes realizações, inclusive nas relações França-Brasil. A noite foi enriquecida com dois fatos que merecem destaque: o magnífico show do artista e acadêmico Gilberto Gil e a presença consagrada do Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal, que se deslocou de Brasília para prestigiar o ato acadêmico.

A ABL vive hoje dificuldades financeiras decorrentes da perda de muitos aluguéis no Palácio Austregésilo de Athayde. Mas está em curso um grande esforço de superação disso. Os seus planos de trabalho são na verdade notáveis.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E AVISO AOS ACIONISTAS

Ficam os acionistas da MRS LOGÍSTICA S.A. ("Companhia") convocados, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 31 de janeiro de 2024 ("Assembleia"), às 13:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria: **i.** Modificação do estatuto social da Companhia, com a alteração da alínea 'a' e exclusão do parágrafo 1º do artigo 2º, alteração do artigo 5º e alteração do título do Capítulo VIII, com a consequente consolidação deste documento. Todos os documentos pertinentes à matéria incluída na ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, situada na Praia de Botafogo, nº 228, sala 707, Botafogo, Rio de Janeiro, e também no sítio eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.mrs.com.br). Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade (cópia autenticada) e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos últimos 30 (trinta) dias úteis pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia. b) **Pessoa Jurídica:** Cópia autenticada do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que, em caso de participação por procuração com poderes especiais, a firma do outorgante deverá estar reconhecida); documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) (cópias autenticadas), e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos últimos 30 (trinta) dias úteis pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia. c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" e "b" acima, deverá apresentar mandato com poderes especiais e firma reconhecida, além de cópia autenticada do documento de identidade e CPF do procurador. d) **Acionistas estrangeiros:** os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" e "b", sendo que estes devem ser notarizados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem (ou apostilados) e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 24 de janeiro de 2024 (inclusive), do boletim de voto à distância ("boletim"), disponibilizado nesta data. O acionista poderá enviar o boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia; ou 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do boletim podem ser verificadas no próprio boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar desta Assembleia exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 29 de janeiro de 2024 (2 – dois - dias antes da realização da Assembleia), nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, mediante envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: age@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na Assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://ri.mrs.com.br/. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2023. Marcelo Leite Barros - Presidente do Conselho de Administração

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278

EUA

Corte de Michigan libera candidatura de Trump na primária no Estado

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump pode aparecer na disputa da primária do Partido Republicano em Michigan em 2024, decidiu ontem, o principal tribunal do Estado. A Suprema Corte de Michigan se recusou a avaliar a questão sobre a elegibilidade de Trump sob as leis estaduais.

Em uma decisão de um parágrafo, a maioria da corte escreveu que "não estava persuadida de que as questões apresentadas devem ser avaliadas por este Tribunal".

O caso é um dos vários nos EUA sobre se Trump pode ser barrado de concorrer.

A equipe jurídica do empresário tem argumentado que ocorrem tentativas não democráticas de impedir os eleitores de decidir quem será o próximo a ocupar a Casa Branca.

Na semana passada, a Suprema Corte do Colorado decidiu que Trump, líder nas pesquisas entre republicanos, não deve participar das primárias no Estado, por ter envolvimento e ter encorajado a tentativa de tomada do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, em uma manobra para tentar barrar a confirmação da vitória de Joe Biden.

O ex-presidente deve apelar da decisão do Colorado.

ARGENTINA

Sindicatos e organizações sociais protestam contra decreto de Milei

Milhares de membros da principal central sindical e de organizações sociais da Argentina manifestaram-se ontem, em frente à sede do Poder Judiciário contra o decreto do presidente Javier Milei que desregula a economia e contempla reformas trabalhistas que consideram desfavoráveis aos trabalhadores.

Durante o protesto, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) fará um movimento judicial para barrar o alcance do decreto anunciado na semana passada pelo presidente.

O porta-voz presidencial Manuel Adorni indicou que durante a manifestação o governo irá ativar o protocolo de segurança que anunciou recentemente e que proíbe o bloqueio de vias públicas.

O decreto, que entrará em vigor amanhã, contempla a revogação ou modificação de mais de 300 leis com o objetivo de desregulamentar uma economia com forte intervenção do Estado durante décadas. Em matéria laboral, introduz mudanças que desafiam o poder dos sindicatos e alterações à legislação que até agora tem favorecido os trabalhadores.

Por um lado, restringe o direito à greve em atividades essenciais como serviços hospitalares, educação e transportes e abre caminho para novos mecanismos de compensação que tornarão menos oneroso o despedimento de trabalhadores.

O decreto já gerou as primeiras reclamações no campo da justiça e pode encontrar obstáculos no Congresso, onde o partido de Milei, La Libertad Avanza, tem uma representação muito limitada

A norma deverá ser analisada nos próximos dias em uma comissão legislativa bilateral que emitirá parecer, que será debatido pelo plenário das duas câmaras em data ainda não definida.

Milei pressiona Congresso e ameaça com plebiscito para aprovar megadecreto

O presidente Javier Milei avisou que pode convocar um plebiscito para aprovar o que vem sendo chamado na Argentina de "megadecreto" se o Congresso rejeitar a medida. A revogação de mais de 300 leis desregulamenta praticamente todas as relações comerciais no país e ainda não foi enviado à comissão mista que tem o poder de manter ou derrubar a ordem do presidente.

Questionado sobre o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) em entrevista ao La Nacion, Milei disse que "obviamente" vai convocar uma votação popular caso os deputados e senadores, a quem chamou de corruptos, decidam pela revogação. "Quero que me expliquem porque o Congresso se coloca contrário a algo que faz bem para as pessoas. As pessoas já entenderam bem, o megadecreto tem mais de 70% de aprovação. Então me expliquem porque votam contra as pessoas", respondeu.

Depois da entrevista, o próprio La Nacion alertou para as possíveis implicações da ideia de votação popular. A primeira seria constitucional já que o presidente, alertam especialistas ouvidos pelo jornal, não poderia submeter à votação popular um pacote com mais de 100 medidas. A segunda seria prática: só o Congresso pode convocar plebiscitos vinculantes, ou seja, que viram lei automaticamente. No caso de plebiscitos propostos pelo presidente, mesmo que seja aprovado, o texto ainda precisará passar pelos legisladores.

"Se o que Miei quer é evitar o Congresso, não vai conseguir com essa ferramenta. Chegaria ao mesmo ponto de partida que está hoje", afirma o La Nacion.

O governo convocou sessões extraordinárias do Congresso que começou a discutir na terça-feira passada, um pacote adicional ao megadecreto com mais 11 leis. São temas que não podem ser alterados por DNU, como imposto de renda, regras eleitores e a própria burocracia do Estado argentino. Por isso, estavam de fora do anúncio da semana passada.

PERÍODO ESCOLAR

China endurece regras de programas de educação

LAÍS ADRIANA/AE

As autoridades chinesas endureceram ainda mais as regras sobre os programas de educação realizados após o período escolar A nova regulação proíbe a "expansão arbitrária" do escopo e da carga horária de programas escolares e a participação forçada dos estudantes, segundo comunicado do Ministério da Educação da China.

Com as regras, a decisão de participar dos programas será voluntária e caberá aos pais e alunos determinar a extensão das atividades extracurriculares. Além disso, as escolas não têm permissão para impor taxas arbitrárias em nome dos serviços realizados após o período escolar.

As novas regras também exigem que instituições e funcionários terceirizados atendam a determinados padrões antes de oferecer serviços de tutoria após as aulas. Em nota, o Ministério da Educação determina que as regras deverão ser implementadas oficialmente a partir de 2024.

SUDESTE S.A.
CNPJ/MF: 02.062.747/0001-08 - NIRE: 33.3.0016579-7
COMPANHIA ABERTA
FATO RELEVANTE

SUDESTE S.A. ("Companhia") e BLF FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento constituído nos termos da regulamentação aplicável, com sede na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o n.º 47.463.504/0001-01, neste ato representado por sua gestora, Opportunity Private Equity Gestora de Recursos Ltda ("Fundo"), em atendimento ao disposto no §4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76 e às disposições da Resolução CVM nº 44/2021, vêm informar ao mercado em geral que, nesta data, mediante a celebração do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações ("Contrato"), o Fundo adquiriu de Opportunity Holding Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, inscrito no CNPJ sob o nº 08.277.553/0001-06 ("Vendedor"), 8.184.478.716 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 99,99% do capital social votante e total da Companhia, pelo preço total de R$141.466,12 ("Preço de Aquisição"), que corresponde ao preço de 0,00001728468298 por ação ("Aquisição"), com pagamento à vista no ato da Aquisição. Com a Aquisição, o Vendedor se retira definitivamente da Companhia. Especificamente para fins de cumprimento das disposições do art. 10 da Resolução CVM nº 44/2021 /02 no tocante àquilo não contemplado pelas informações acima, o Fundo comunica que não tem intenção de promover, no prazo de um ano, o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia junto à CVM, bem como informa que pretende capitalizar, nesta data, a Companhia para tornar a Companhia operacional em atividades e negócios relacionados a investimentos de private equity, na medida em que a gestora do Fundo tem longo histórico nesta atuação no mercado brasileiro. A Companhia seguirá mantendo o mercado informado, na forma da lei e da regulamentação aplicável.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2023.
Norberto Aguiar Tomaz
Diretor de Relações com Investidores da Companhia
OPPORTUNITY HOLDING FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR
por sua gestora Opportunity Private Equity Gestora de Recursos Ltda.

2023

Mamógrafo Móvel realiza mais de 20 mil exames de prevenção

O Mamógrafo Móvel, equipamento da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) que garante o acesso ao diagnóstico precoce para o tratamento do câncer de mama, realizou este ano 22.290 exames, sendo 13.472 de mamografia e 8.818 de ultrassonografia. Ao todo, 23 municípios fluminenses de sete regiões diferentes do estado (Baixada Litorânea, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana 1 e 2, Norte e Noroeste) receberam a unidade itinerante, além de sete bairros do Rio de Janeiro (Bangu, Centro, Complexo do Alemão, Gardênia Azul, Ilha do Governador, Manguinhos e Quintino).

Para a secretária de Estado de Saúde, Claudia Mello, a iniciativa é fundamental para o diagnóstico precoce e evitar que novas pessoas sejam vítimas do câncer de mama.

"O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais frequente entre mulheres no Brasil e é a principal causa de morte entre as mulheres no país. Por isso, a Secretaria de Estado de Saúde tem trabalhado para ampliar cada vez mais o acesso ao diagnóstico precoce, que pode salvar milhares de vidas", explica a secretária.

A iniciativa faz parte do eixo móvel do Centro Estadual de Diagnóstico por Imagem Rio Imagem e visa apoiar os municípios no diagnóstico precoce do câncer de mama, segundo tipo mais comum entre as mulheres, além de outras doenças que atingem a população feminina.

No dia em que estiverem agendadas, as pacientes devem levar um documento oficial de identidade e, caso possuam, o cartão do SUS. Para realizar os exames de ultra e mamografia, é necessário apresentar pedido médico, independentemente da idade da paciente.

Os resultados das ultrassonografias são disponibilizados imediatamente após os exames. Já os laudos das mamografias serão entregues em até 15 dias úteis na Secretaria de Saúde do município.

Entre os municípios atendidos estão Armação dos Búzios, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Cordeiro, Duque de Caxias, Iguaba Grande, Itatiaia, Japeri, Magé, Maricá, Miguel Pereira, Nilópolis, Porciúncula, Rio das Flores, Rio de Janeiro, Santo Antônio de Pádua, São João de Meriti, Sapucaia, Saquarema, Silva Jardim, Três Rios, Valença e Vassouras. Uma das ações de maior destaque do Mamógrafo Móvel aconteceu em julho no bairro da Ilha do Governador, onde o equipamento realizou 290 mamografias e 118 ultrassonografias.

Além do Mamógrafo Móvel, a SES-RJ tem mamógrafos distribuídos pelas seguintes unidades: três no Rio Imagem Centro; um no Hospital Estadual dos Lagos Nossa Senhora de Nazareth, em Saquarema; um no Hospital da Mulher Heloneida Studart, em São João de Meriti; e dois no Centro de Imagem da Baixada, em Nova Iguaçu. Os equipamentos estão disponíveis para a realização de exames preventivos em mulheres. O Ministério da Saúde indica que o exame seja realizado de rotina a cada dois anos em mulheres com idade entre 50 e 69 anos.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278